

SEMINÁRIO ORGANIZADO PELA CEAMPAF DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UM ANO DE PROGRAMA DE ASSISTENCIA
FINANCEIRA (PAF)
Balanço e Perspectivas

Concretização e impacte na economia e na
sociedade portuguesa

EUGÉNIO ROSA

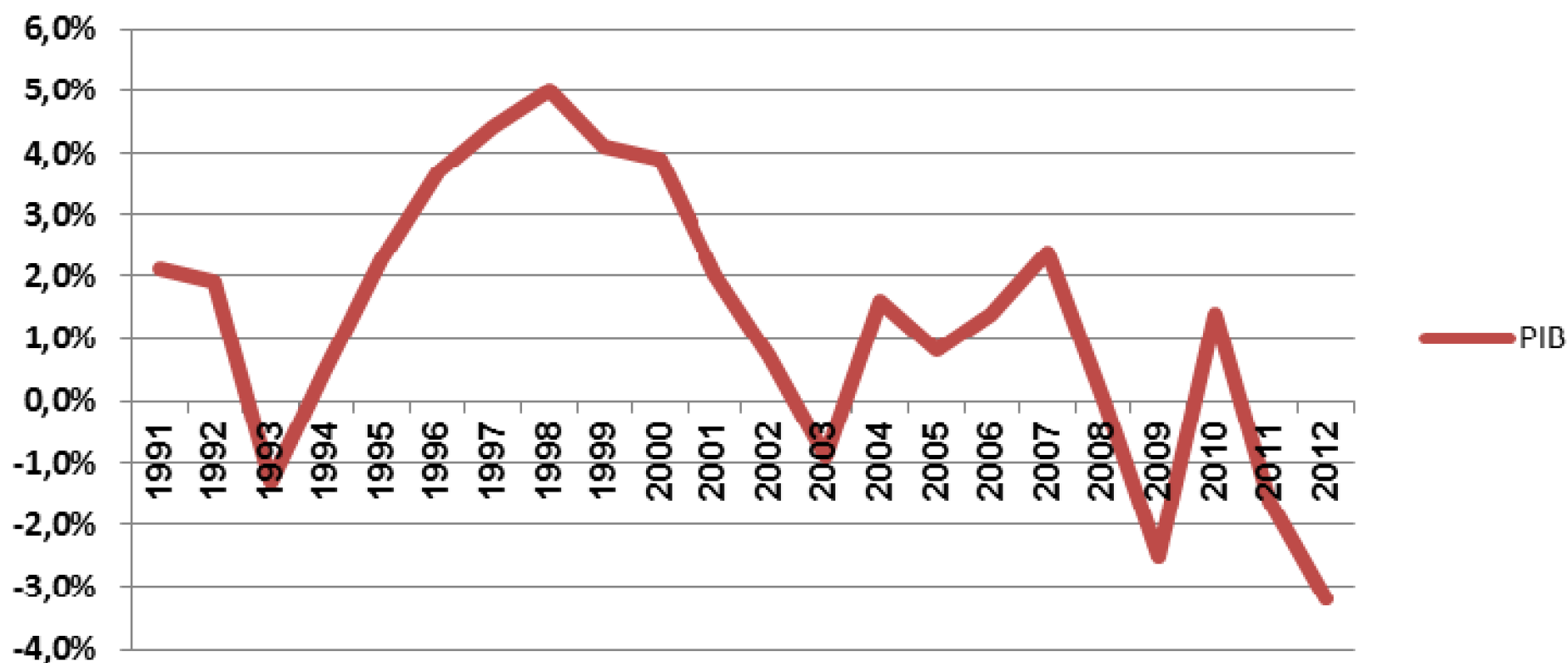
edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

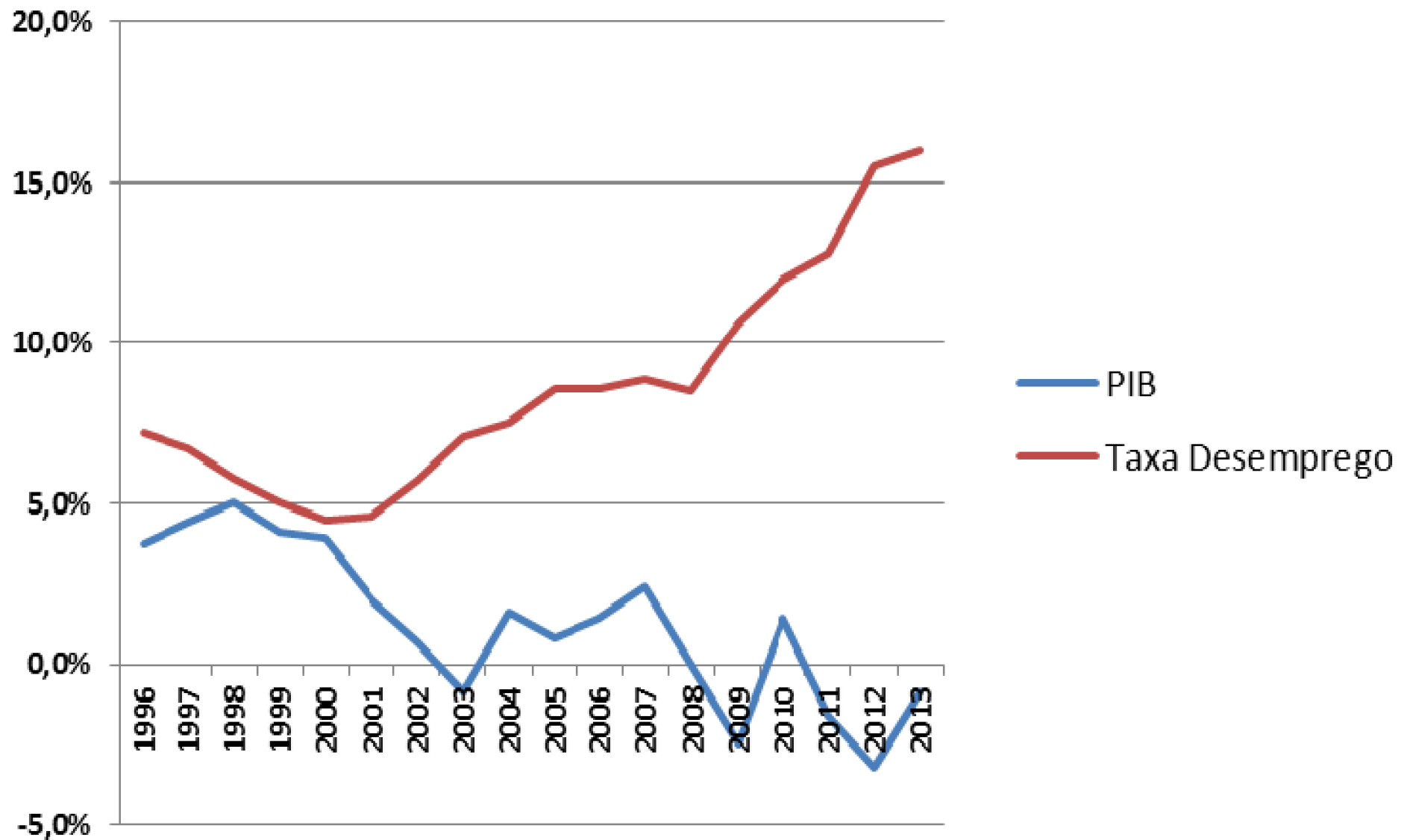
CRESCIMENTO ECONÓMICO ANÉMICO EM PORTUGAL APÓS ENTRAR PARA O EURO E DE “REFORMAS ESTRUTURAIS” (Privatizações, Código do Trabalho Bagão Felix e Vieira daSilva, Segurança Social, RCTFP, Aposentação) E AGRAVAMENTO COM O PAF

MÉDIA DAS TAXAS

Antes da entrada na Zona Euro: 2,6%;
Depois de entrar na Zona do Euro: 0,01%



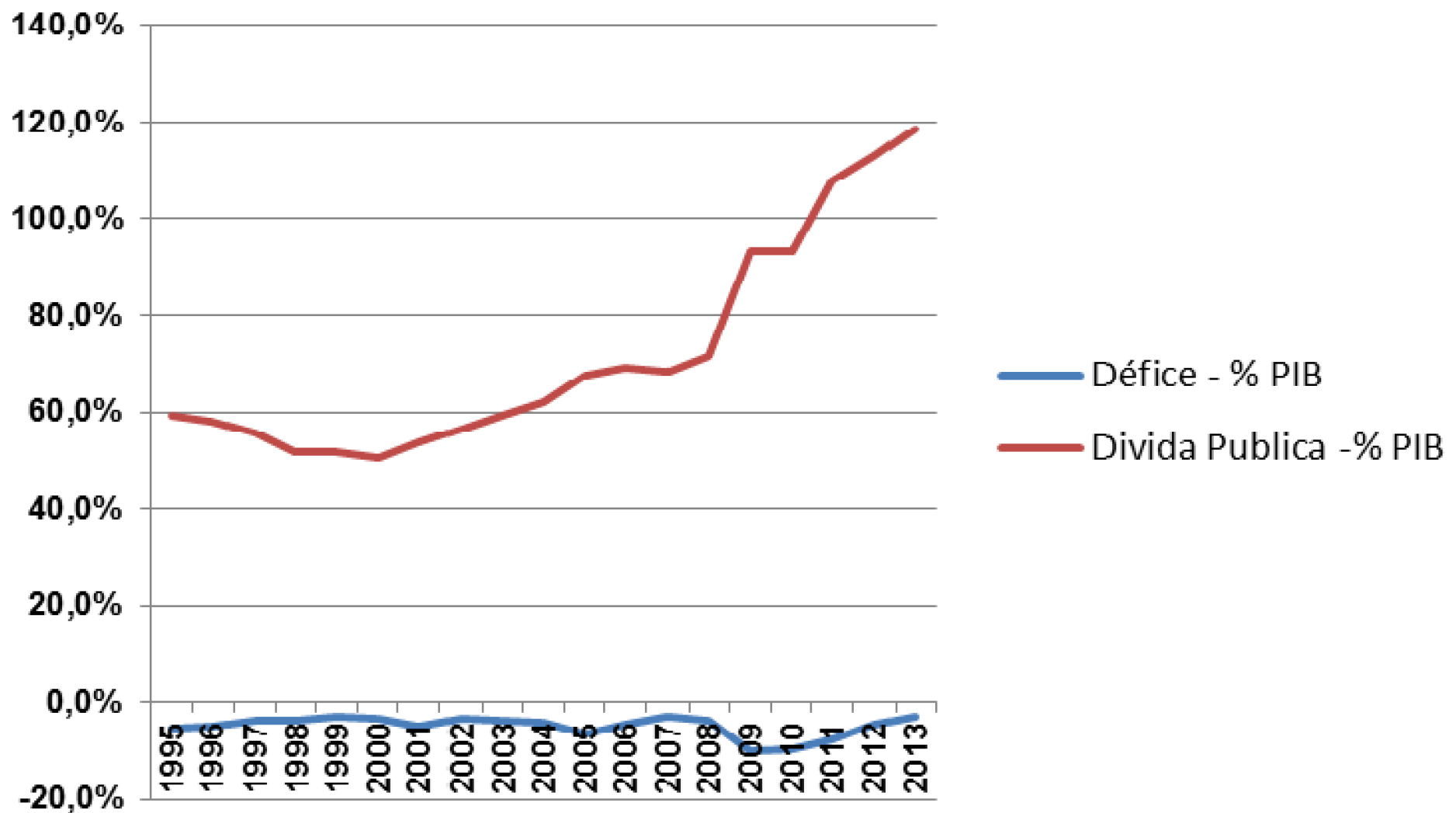
DESEMPREGO OFICIAL AUMENTOU CONTINUAMENTE APÓS A ENTRADA PARA O EURO E AGRAVAMENTO SIGNIFICATIVO COM O PAF – A lei de Okun



DESEMPREGO OFICIAL NÃO TRADUZ A VERDADEIRA REALIDADE DO DESEMPREGO EM PORTUGAL E É UM INDICADOR AVANÇADO DO NÍVEL DE DESTRUIÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

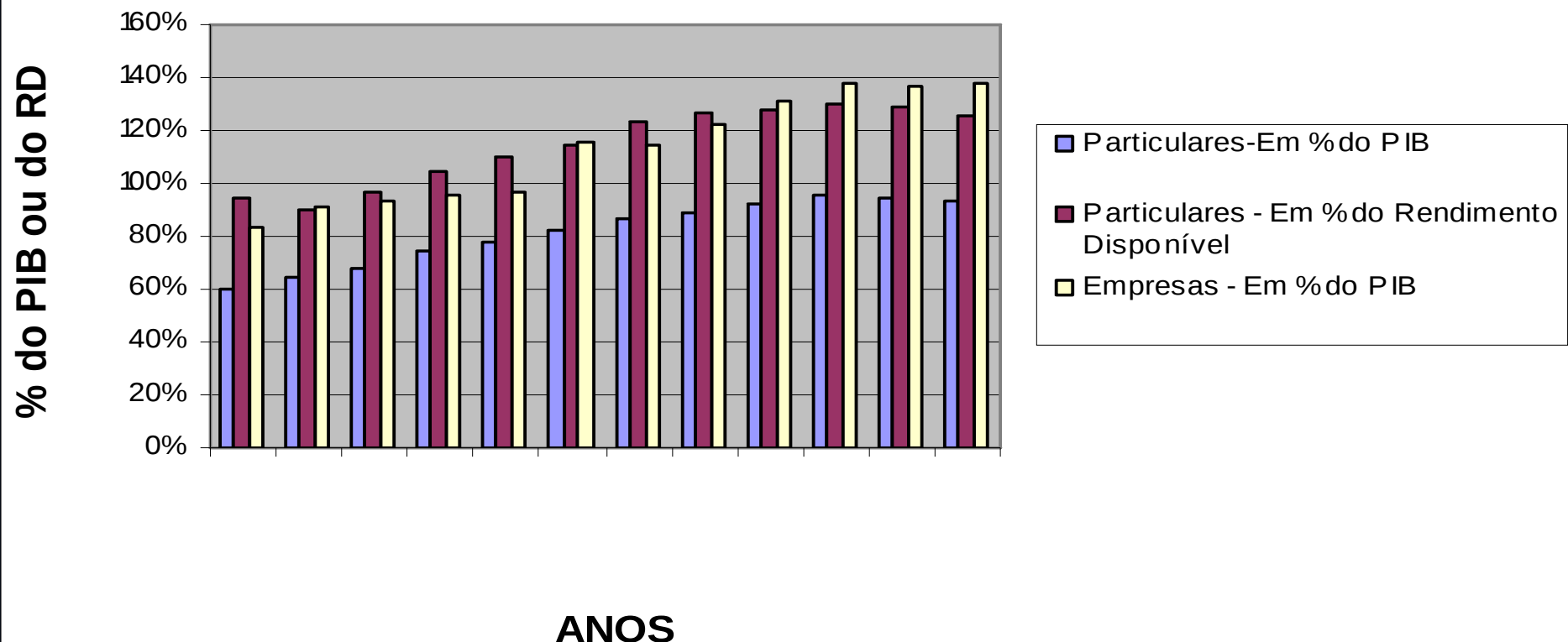
RÚBRICAS	VALOR TRIMESTRAL				
	1ºT-2011	2ºT-2011	3ºT-2011	4ºT-2011	1T-2012
1-População activa - Milhares	5.555	5.568	5.543	5.507	5.482
2-DSEMPREGO OFICIAL - Milhares	689	675	690	771	819 (+18,9%)
3-Subemprego visível - Milhares	174	175	160	187	203
4-Inativos disponíveis (inclui desencorajados)- Milhares	144	148	193	203	202 (+40,3%)
5-DESEMPREGO REAL- Milhares	1.007	998	1.043	1.161	1.224 (21,5%)
6-TAXA DE DESEMPREGO - (2+3+4) Milhares					
TAXA OFICIAL (2:1)	12,4%	12,1%	12,4%	14,0%	14,9%
TAXA REAL ((5: (1+4))	17,7%	17,5%	18,2%	20,3%	21,5%
7-DESEMPREGADOS A RECEBER SUBSIDIO - Milhares	294	287	287	317	359
8-COBERTURA DO SUBSIDIO DE DESEMPREGO - Taxa					
Em relação desemprego oficial (7:2)	42,7%	42,5%	41,6%	41,10%	43,8%
Em relação desemprego real (7:5)	29,2%	28,8%	27,5%	27,3%	29,3%

APOS A ENTRADA PARA O EURO O AUMENTO DA DIVIDA PUBLICA ACELEROU E A MÉDIA DOS DÉFICES PASSOU DE -4,2% NO PERÍODO 1995/2001 PARA -5,2% NO 2002-2013 APESAR DAS “REFORMAS ESTRUTURAIS” (*Privatizações:1989/1995:6.827 Mi8lhões €; 1996/2001: 15.920 milhões €, “uma transformação estrutural” segundo Oliveira Martins*)



MESMO O CRESCIMENTO ANÉMICO SÓ FOI CONSEGUIDO COM O FORTE ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS (2000/11: 83% para 138% PIB) E FAMILIAS (2000/11: 95% para 126% RD) QUE ALIMENTOU O CONSUMO INTERNO SENDO A “SOLUÇÃO” TEMPORÁRIA PARA O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADE DOS RENDIMENTOS (Robert Reich e Raghuram Rajan)

ENDIVIDAMENTO DOS PARTICULARES EM %DO PIB E DO RENDIMENTO DISPONIVEL, E DAS EM PRESAS NÃO FINANCEIRAS EM % DO PIB

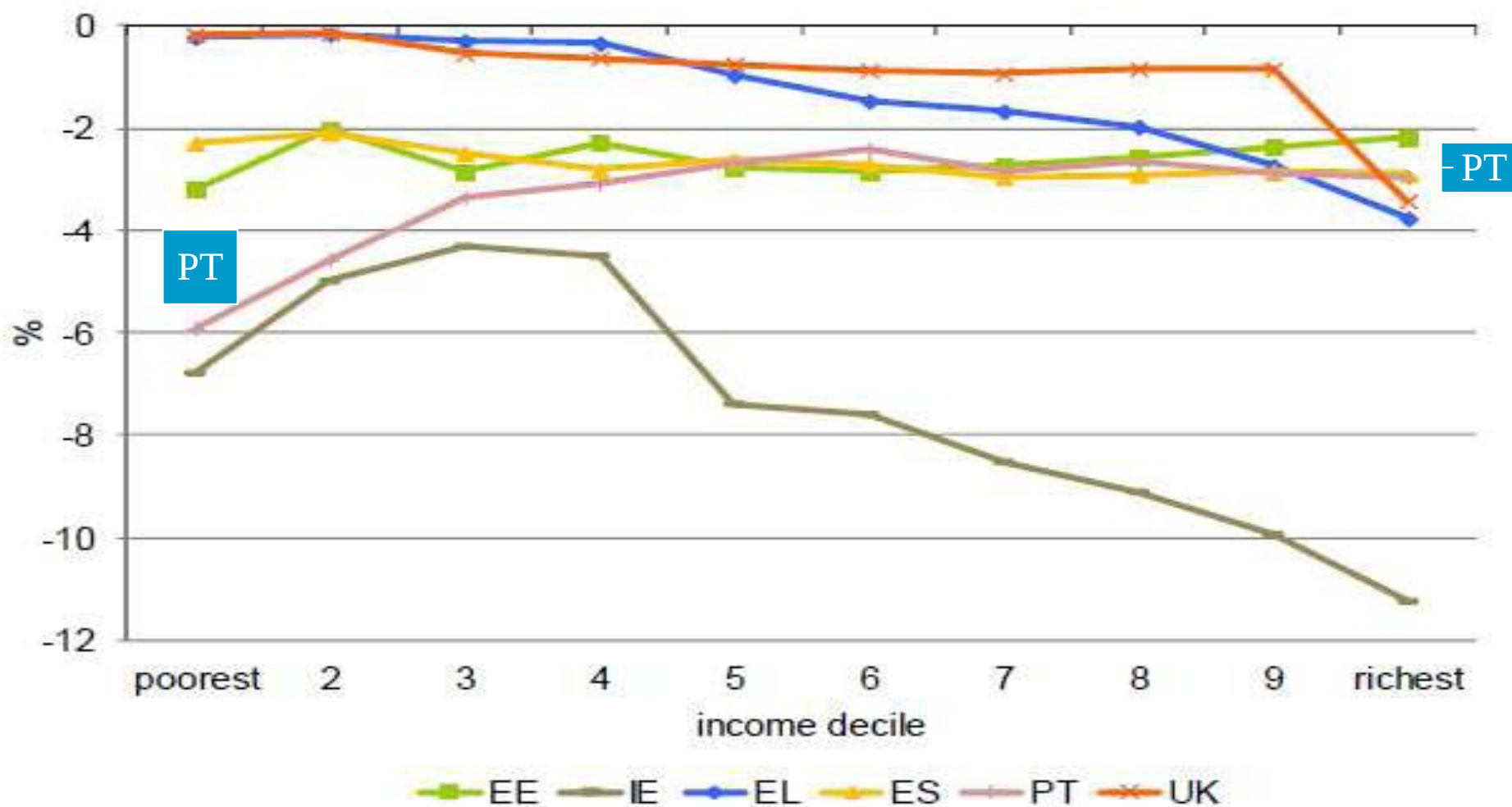


**AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES NÃO TEM COMPENSADO A
REDUÇÃO DA PROCURA INTERNA: em 2011 o aumento das
exportações foi inferior a metade da quebra verificada na procura**
(CNAP - dados encadeados em volume (ano de referência=2006))

Anos	Formação bruta de capital Milhões €	Variação anual FBCF Milhões €	Procura interna Milhões €	Variação anual Procura interna Milhões €	Exporta- ções (FOB) Milhões €	Variação anual exportações Milhões €
2007	37.843,7		178.394,2		53.463,3	
2008	37.801,9	-41,8	179.881,9	1.487,7	53.413,9	-49,4
2009	32.785,5	-5.016,4	173.913,0	-5.968,9	47.581,5	-5.832,4
2010	31.595,6	-1.189,9	175.296,9	1.383,9	51.764,2	4.182,7
2011	27.205,5	-4.390,1	165.230,3	-10.066,6	55.694,6	3.930,4
2011-10	-4.390,1		-10.066,6		+3.930,4	
2011-07	-10.638,2		-13.163,9		+2.231,3	

A REDUÇÃO DO CONSUMO TEM SIDO ALCANÇADA COM UMA POLITICA DE AUSTERIDADE INÍQUA QUE ATINGE MAIS OS RENDIMENTOS DOS POBRES (RD:-6%) DO QUE O DOS RICOS (RD:-3%) – Estudo da Comissão Europeia

Figure 4 Percentage change in household disposable income due to austerity measures



UMA POLITICA DE AUSTERIDADE QUE ESTÁ A DETERMINAR O AUMENTO DO PESO DOS TRABALHADORES COM SALÁRIOS LIQUIDOS MAIS BAIXOS

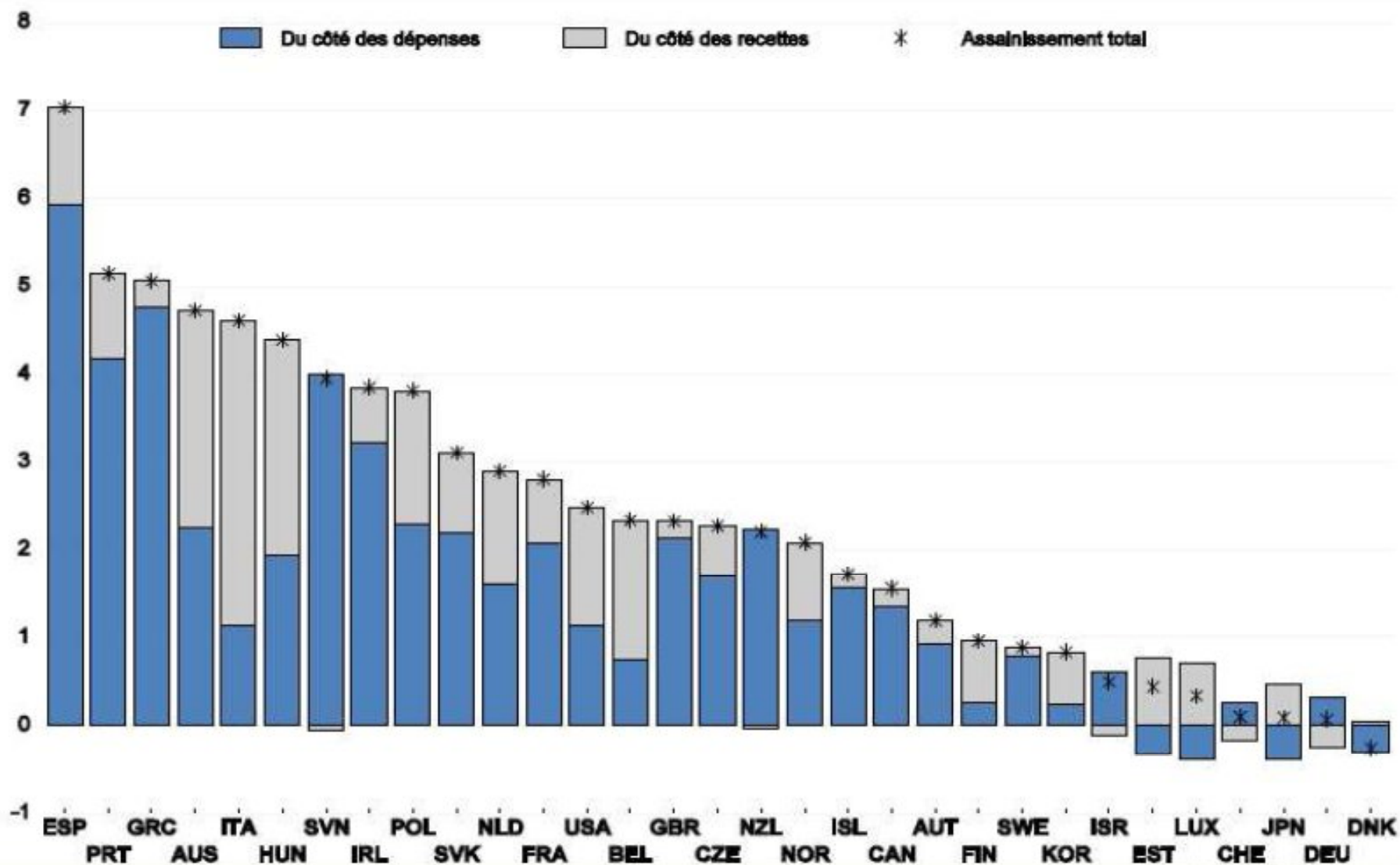
Escala de rendimento salarial líquido	1ºT2011		1ºT2012		Percentagem acumulada	
	Milhares	% TOTAL	Milhares	% TOTAL	1ºT-2012	1ºT-2012
PORTUGAL -Trabalhadores por conta de outrem	3814,3	100,0%	3.662,20	100,0%		
Menos de 310 euros	140,0	3,7%	147,3	4,0%	3,7%	4,0%
De 310 a menos de 600 euros	1187,6	31,1%	1154,5	31,5%	34,8%	35,5%
De 600 a menos de 900 euros	1023,8	26,8%	1022,1	27,9%	61,6%	63,4%
De 900 a menos de 1 200 euros	411,1	10,8%	415,8	11,4%	72,4%	74,8%
De 1 200 a menos de 1 800 euros	367,2	9,6%	369,2	10,1%	82,0%	84,9%
De 1 800 a menos de 2 500 euros	113,2	3,0%	114,7	3,1%	85,0%	88,0%
De 2 500 a menos de 3 000 euros	29,8	0,8%	23,9	0,7%	85,8%	88,7%
3 000 euros e mais euros	35,2	0,9%	28,5	0,8%	86,7%	89,5%
NS/ NR	506,5	13,3%	386,3	10,5%	100,0%	100,0%
SALARIOS ATÉ 600 EUROS	1327,6	34,8%	1301,8	35,5%		
SALARIOS ATÉ 900 EUROS	2351,4	61,6%	2323,9	63,5%		

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 1º Trimestre de 2011 e de 2012.

UM ESTUDO DO FMI IGNORADO PELO PRÓPRIO FMI-“Serão dolorosos os efeitos macroeconómicos da consolidação fiscal?” em “Perspectivas da economia mundial” - Out.2010

- Em condições favoráveis, *“em 2 anos , uma consolidação fiscal equivalente a 1% do PIB tende a reduzir o PIB aproximadamente 0,5% e a elevar a taxa de desemprego em cerca de 0,3 pontos percentuais”* (pág. 104).
- *“A consolidação fiscal será particularmente custosa se muitos países levam a cabo o ajustamento ao mesmo tempo”* (pág. 125)
- No estudo é feito uma simulação com o caso concreto do Canadá, e a conclusão é a seguinte: **“Quando o resto do mundo leva a cabo a redução fiscal, o custo para o Canadá em termo de produto duplica alcançando 2%” por cada redução do déficit em 1% do PIB** (pág. 123).
- Apesar disso, em 2012 governo e troika pretendem impor uma redução do déficit orçamenta de 7,5% para 4,5% (a consolidação a nível da receita e da despesa atinge 5 p.p. do PIB segundo a OCDE)

A DIMENSÃO DA CONSOLIDAÇÃO FISCAL EM PORTUGAL EM 2012 (5 % do PIB): a maior depois de Espanha - OCDE



QUEBRA ACENTUADA NO CONSUMO DAS FAMILIAS E NO INVESTIMENTO EM 2011 E 2012

ANOS	CONSUMO DAS FAMILIAS Preços 2006 Milhões €	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO Milhões € - Preços de 2006			
		Outras máquinas e equipamentos	Equipamento de transporte	Construção	TOTAL
2009	102.890	8.718	2.671	19.779	33.554
2010	105.097	8.170	2.716	18.952	32.174
2011	100.874	7.369	2.095	16.782	28.543
2010-09	+2,1%	-6,3%	1,7%	-4,2%	-4,1%
2011-10	-4,0%	-9,8%	-22,8%	-11,5%	-11,3%
2012(DEO-P)	-6,3%				-9,8%
2012-1ºT	-5,6%				-12,8%

REDUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EM 2012 => aumento da pobreza e nova quebra na economia

Memorando inicial é diferente do Memorando revisto Dez2011

RÚBRICA	Versão 17 Maio de 2011 Milhões €	Revisão 9 Dez.2011 Milhões €
Redução dos salários Brutos na Administração Pública	500	3.000
Redução das despesas da Ad. Publica por meio aumento da eficiência		130
Redução das despesas com pensões	445	1.260
Redução despesas com a educação	195	380
Reduzir despesas com o SNS	550	1.000
Redução despesas com o SEE	515	590
Redução investimento	500	200
Redução despesas com desemprego	150	180
Redução transferências AL e AR	175	175
Redução despesas SFA	110	90
TOTAL (redução despesas)	3.140	7.005
PERCENTAGEM DO PIB	1,9 % do PIB	4,2% do PIB

A REDUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO (Administração Central) É PRINCIPALMENTE NAS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO (Educação, Saúde e Segurança Social: - 4.404Milhões euros)

DESIGNAÇÃO	2010 Milhões €	2011 Milhões €	2012 Milhões €	2011/ 10	2012/ 11
FUNÇÕES SOCIAIS	30.843	29.281	26.439	-5,1%	-9,7%
Educação	8.559	8.130	6.579	-5,0%	-19,1%
Saúde	9.776	9.251	8.300	-5,4%	-10,3%
Segurança Social	11.809	11.232	10.690	-4,9%	-4,8%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.586	2.019	1.013	27,3%	-49,8%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	4.972	6.373	8.014	28,2%	25,8%
DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA	41.599	39.903	36.094	-4,1%	-9,5%

O CORTE SIGNIFICATIVO NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS VAI DETERMINAR O AUMENTO DOS PORTUGUESES A VIVER NO LIMAR DA POBREZA (nem todas as pensões mínimas foram actualizadas em 2012, apesar de violar a Lei OE-2012)

Ano de referência dos dados		2006	2007	2008	2009
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)	un.				
Antes de qualquer transferência social	%	40	41,5	41,5	43,4
Após transferências relativas a pensões	%	24,2	24,9	24,3	26,4
Após transferências sociais	%	18,1	18,5	17,9	17,9

FONTE: Rendimento e Condições de Vida - Dados Provisórios - INE ; Po -Provisório

QUEBRA NO RITMO DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES EM 2012: o motor que tinha sido utilizado pelo Ministério das Finanças para corrigir previsões começa a falhar

MESES	Exportações - Milhões €		Taxa variação	
	2011	2012	Homóloga	Mensal
Janeiro	3.121,4	3.556,8	14,0%	
Fevereiro	3.313,5	3.769,5	13,8%	6,0%
Março	3.778,5	4.117,3	9,0%	9,2%
Abril	3.441,0	3.535,8	2,8%	-14,1%

FONTE: Comercio Internacional - Abril 2012 - INE

O ESTRANGULAMENTO DA ECONOMIA (mais as PME) E DAS FAMÍLIAS DEVIDO AO CORTE SIGNIFICATIVO DO CRÉDITO PELA BANCA

PERÍODO	CREDITO CONCEDIDO PELA BANCA-Milhões €		
	PME	EMPRESAS (SNF)TOTAL	PARTICULARES
1º Trim. 2011	92.275	119.245	155.762
2º Trim. 2011	91.817	118.872	154.469
3º Trim. 2011	90.556	118.079	153.414
4º Trim. 2011	88.582	115.345	152.152
1º Trim. 2012	86.182	113.461	150.169
Var. 1ºT2012-1ºT11	-6,6%	-4,9%	-3,6%

FONTE: Boletim Estatístico - Maio 2012 - Banco de Portugal

O MITO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO: apenas entre 18% e 19% do investimento estrangeiro em Portugal, e do investimento de Portugal no estrangeiro é directo

ANOS	INVESTIMENTO DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - Milhões €					INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - Milhões €				
	Directo	De carteira	Outro Investimento	TOTAL	Direc-to % do TOTAL	Directo	De carteira	Outro Investimento	TOTAL	Direc-to % do TOTAL
2002	19.836	59.354	84.665	163.856	12,1%	42.526	71.455	133.375	247.356	17,2%
2003	26.473	77.182	89.541	193.196	13,7%	47.998	86.500	142.265	276.763	17,3%
2004	32.855	88.373	89.451	210.678	15,6%	49.142	99.627	153.015	301.784	16,3%
2005	37.359	110.531	93.440	241.330	15,5%	55.606	129.474	169.562	354.642	15,7%
2006	40.862	121.750	106.335	268.947	15,2%	66.787	147.531	186.279	400.597	16,7%
2007	45.994	129.470	115.562	291.026	15,8%	78.333	166.310	204.740	449.383	17,4%
2008	45.272	126.713	103.488	275.474	16,4%	71.833	180.146	197.552	449.531	16,0%
2009	47.530	146.248	103.610	297.387	16,0%	79.626	216.297	198.431	494.355	16,1%
2010	49.942	145.797	110.848	306.586	16,3%	83.585	197.108	225.630	506.322	16,5%
2011	52.594	115.630	108.606	276.830	19,0%	84.268	145.244	239.293	468.806	18,0%

RENDIMENTOS TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO AMENTARAM MUITO COM O PAF (18.106M€)

ANOS	DE TRABALHO Milhões €	DE INVESTI- MENTO DIRECTO Milhões €	DE INVESTI- MENTO DE CARTEIRA Milhões €	OUTROS INVESTIMENTOS Milhões €	TOTAL DOS RENDIMENTOS TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO Milhões €
2000	221	1.857	2.286	3.437	7.801
2001	280	2.156	2.593	5.178	10.207
2002	272	1.126	2.908	4.078	8.384
2003	229	1.882	2.629	3.445	8.185
2004	303	2.336	3.038	3.786	9.463
2005	350	3.488	3.337	4.201	11.376
2006	354	4.942	5.559	6.279	17.134
2007	252	4.608	6.391	8.291	19.542
2008	266	4.017	7.586	8.402	20.271
2009	370	5.778	7.680	3.186	17.014
2010	371	6.706	7.936	2.694	17.707
2011	428	5892	7724	4062	18.106
2000-2011	3.696	44.788	59.667	57.039	165.190
2011-00	93,80%	217,30%	237,90%	18,20%	132,10%
% do TOTAL	2,20%	27,10%	36,10%	34,50%	100,00%

O DÉFICE DA BALANÇA DE RENDIMENTOS CONTINUOU A SUBIR NO 1º ANO DO PAF (96% do déficit BP)

ANO	Déficite Balança Pagamentos Milhões euros	Déficite Balança Rendimentos Milhões euros	% Déficite Balança Rendimentos da Balança Pagamentos
2000	10.778	2.570	23,8%
2001	12.681	3.875	30,6%
2002	9.578	3.166	33,1%
2003	6.608	2.307	34,9%
2004	10.230	2.977	29,1%
2005	14.204	3.880	27,3%
2006	15.953	6.316	39,6%
2007	15.008	7.035	46,9%
2008	19.058	7.817	41,0%
2009	17.009	8.728	51,3%
2010	15.284	7.939	51,9%
2011	8.900	8.573	96,3%
Variação 2000-11	-17,4%	233,6%	304,0%

FONTE: Relatório Banco de Portugal - A economia Portuguesa em 2011

INDICADORES REVELAM PREVISIVEL AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL SE ACTUAL POLITICA CONTINUAR

- **1- Indicadores avançados** (a) O disparar do desemprego para além das previsões oficiais (*24% em Dez2012*); (b) A quebra na receita dos impostos indirectos de Jan/Ab de 2012 em -6,7% (Previsão OE-2012-: +8,6%) do IVA em -3,5% (*Previsão-OE2012: +12,6%*), a economia está a entrar num circulo infernal recessivo; (c) A quebra no ritmo de crescimento das exportações Ab/2012 (2,8%)
- **2- Outros indicadores com efeitos futuros**: A redução do rendimento disponível das famílias devido ao confisco 2 subsídios (3.300M€); Aumento do IRS devido redução despesas com saúde e com o credito habitação (550M€); Aumento taxas de IRS; Redução das deduções de IRS que estavam indexadas SMN e passaram a estar ao IAS (419€); Só o 1ª escalão das pensões mínimas do RG foi actualizado (2º,3º e 4º não foram) apesar de violar o nº 3 do artº 80º Lei OE-2012 (Lei 64-B/2011)
- **3- O estrangulamento do crédito que a recapitalização da banca com fundos públicos não resolve**: 60M€ por ano para PME em troca da injeção de 5.000 M€ de fundos públicos no BPI e BCP (*entre 1ºTrim.2011-1ºTrim.2012 o credito às empresas e aos particulares diminuiu em -11.377 milhões €, => -4,1%*)

CONTRIBUTOS PARA O DEBATE PARA UMA SAÍDA (I)

- 1- É necessário renegociar O PAEF porque ele está a destruir a economia e a sociedade portuguesa. É incompatível esta politica violenta e iníqua de austeridade com uma politica de crescimento. E esta incompatibilidade não se resolve com uma “Adenda” ao Pacto Orçamental, mas alterando
- 2- Aumentar um ano o prazo para a redução do défice orçamental não resolve nada. É preciso ajustar o prazo à dimensão e duração da crise. E os encargos com divida não podem ser superiores à despesa com o SNS ou com a Segurança Social como actualmente acontece
- 3- Necessário uma politica de crescimento económico apoiada no investimento nomeadamente público de qualidade simultaneamente com uma politica de rendimentos que promova a equidade, defendendo as classes de rendimentos mais baixos o que não acontece actualmente
- 4-Uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos que combata o desperdício, a má gestão, o investimento público de má qualidade que tem proliferado em Portugal de uma forma irresponsável, e que tome imediatamente medidas emblemáticas (acabar, não a fingir, com as rendas excessivas da energia e os lucros escandalosos e garantidos das PPP).
- 5- É urgente restabelecer o credito à economia: o apoio à banca pelo Estado deve ter como contrapartida imediata a canalização de, pelo menos, igual valor para economia o que não está a acontecer.

CONTRIBUTOS PARA O DEBATE PARA UMA SAÍDA (II)

- 6- É preciso libertar os países do Euro do domínio dos mercados especulativos para isso é indispensável a existência de uma entidade que funcione como “prestador de ultimo recurso” (BCE, FEEF, MEE)
- 7- É necessário reforçar o BEI para apoiar investimentos de qualidade dos Estados podendo emitir obrigações para obter financiamento
- 8- O financiamento de projectos europeus (ex.: redes transnacionais, etc) devia ser feito com uma receita extraordinária (por ex., uma taxa de 0,25% sobre transacções financeiras) porque, embora necessários, muitas vezes não são os mais importantes para vencer a crise
- 9- Os paraísos fiscais que são utilizados para a evasão e fraude fiscal deviam ser eliminados e enquanto isso não suceder criar uma taxa de imposto agravada sobre as aplicações feitas em paraísos fiscais (a taxa actual é suficiente para desincentivar tais aplicações).
- 10- O investimento público de qualidade devia ser retirado do cálculo do défice orçamental
- 11- Mobilização imediata dos fundos comunitários, aumentando a participação pública e assegurando o financiamento (crédito) para a parcela dos beneficiários (até ao fim 1ºT2012 ficaram por utilizar 6.878 Milhões € que já estavam disponíveis e perda 6 meses em 2012 para avaliação). A criação de um imposto sobre lucros distribuídos
- 12- ALTERNATIVA: SAÍDA DA ZONA EURO E NÃO A FUGA PARA A FRENTE COMO PARECE QUE SE ESTÁ A PREPARAR